

## Um Plano Marshall para a Europa

Uma proposta da *Deutscher Gewerkschaftsbund (DGB)* - Federação Alemã de Sindicatos – para um programa de estabilização conjuntural, de investimento e de desenvolvimento para a Europa

## **Imprint**

Editor:

DGB Confederation of German Trade Unions  
Executive Board  
Department of Economic, Financial and Fiscal Policy  
Henriette-Herz-Platz 2  
10178 Berlin  
[www.dgb.de](http://www.dgb.de)

Head:

Claus Matecki, Ressort 05

Written by:

Dr. Mehrdad Payandeh

Editorial:

Dr. Mehrdad Payandeh

Layout:

Pictures | Figures | Graphs: DGB

Tradução: Hannelore Correia

Juni 2013

Questions to:

Carina Ortmann  
0049 (0)30-2 40 60 727  
[carina.ortmann@dgb.de](mailto:carina.ortmann@dgb.de)

Information:

Flyer and information material are available at the online order service:  
[www.dgb-bestellservice.de](http://www.dgb-bestellservice.de)

Order by mail for users without access to internet:

PrintNetwork pn GmbH · Stralauer Platz 33 – 34 · 10243 Berlin

# Contents

Imprint .....	2
Resumo .....	4

# Um Plano Marshall para a Europa

Uma proposta da *Deutscher Gewerkschaftsbund (DGB)* - Federação Alemã de Sindicatos – para um programa de estabilização conjuntural, de investimento e de desenvolvimento para a Europa

## Resumo

A Europa terá de enfrentar os desafios do século XXI. Face aos escassos recursos naturais, à precária situação social, ao crescente desemprego, aos desafios demográficos e a uma intensidade cada vez maior do conhecimento e da tecnologia na gestão da atividade económica, a Europa terá de reorganizar e mobilizar as suas forças com vista a um futuro melhor, mais social, próspero, democrático e pacífico.

Porém, a situação económica na Europa e, em particular, na zona Euro está a progressivamente deteriorar-se. A gestão política da crise concebida com base em imposições de austeridade, cortes salariais, sociais e das pensões de reforma, teve como consequência uma fase regressiva na economia. A recessão ameaça alastrar-se a todo o continente e até ter repercussões na conjuntura a nível mundial.

É, sem dúvida, uma necessidade actual acertar, com uma mudança de rumo, as agulhas para o futuro, estabilizando deste modo a conjuntura. A Europa necessita de uma via de crescimento e de modernização, concebida a longo prazo, que confira ao continente uma solidez para enfrentar o futuro, que crie postos de trabalho adequados ao século XXI e que proporcione bem-estar a todos.

Uma proposta desta natureza implica investimento na produção de energia sustentável, na redução do consumo energético, em indústrias e serviços sustentáveis, na educação e na formação profissional, na investigação e no desenvolvimento, em infraestruturas modernas de transporte, em autarquias com emissões reduzidas, na eficiência das administrações públicas. Requer ainda a justa participação de todos os grupos sociais em prol de um futuro melhor.

A sustentabilidade da Europa pressupõe hoje em dia investimentos a efetuar. A Europa tem, para o efeito, todos os recursos disponíveis: pessoas, conhecimentos, faculdade inovadora, capital, infraestruturas modernas, instituições públicas e privadas intactas, centros industriais e de serviços altamente evoluídos, sistemas de segurança social, um mercado comum e uma moeda única. Tudo isso une a Europa. Temos de concentrar estes potenciais comuns existentes e mobilizá-los para uma reestruturação das nossas sociedades.

Perante tal cenário, desenvolvemos o projecto “plano Marshall para a Europa” que pretendemos pôr em discussão junto do público europeu em geral e, em especial dos nossos colegas europeus. Neste documento fazemos referência aos campos de ação de relevância para a Alemanha, fazendo um apelo aos sindicatos europeus bem como aos decisores políticos da Europa para analisarem quais as medidas específicas adequadas para o respetivo país. Desafiam-se sobretudo os parceiros sociais, os políticos e a sociedade civil a completarem com propostas concretas o plano Marshall por nós proposto. Convidamos todos expressamente a enfrentar os desafios do futuro, colaborando connosco na elaboração de um programa para o futuro.

Ao elaborar o referido programa, os sindicatos federados na *DGB* orientaram-se pelos seguintes princípios:

É necessário

- Providenciar no sentido de existirem bons postos de trabalho e em número suficiente, com perspectivas para o futuro e de elevada categoria e assegurar prosperidade;
- Ser sustentável e estar concebido de modo a que a substância das sociedades europeias seja preservada e, ainda, adaptado a desafios ecológicos, sociais e demográficos;
- Ser democraticamente controlado pelas instituições europeias eleitas, em primeiro lugar, pelo Parlamento Europeu, apoiados, por sua vez, no exercício do controlo pelas instituições europeias existentes (por exemplo, BEI);
- Ser entendido como projeto supranacional, pan-europeu e não como soma dos interesses individuais dos países europeus;
- Ser providente e independente da situação conjuntural, por conseguinte, colocar, a curto prazo, as medidas necessárias no contexto dos desafios a longo prazo e também dar continuidade ao desenvolvimento;
- Impor regras ao mercado e dar orientação política, direcionando ainda investimentos privados para projetos inovadores concebidos para o futuro;
- Ser financiado e distribuído de um modo justo. Camadas populacionais e regiões com maiores recursos económicos terão de dar um contributo maior para o financiamento de investimentos com vista ao futuro do que as de menores recursos, o que também se aplica à participação num programa desta índole;
- Ter um financiamento sólido, colocando simultaneamente os Estados europeus na situação de gerar receitas fiscais para a disponibilização de serviços públicos e para a redução do endividamento público.

## Elementos cruciais do nosso plano Marshall para a Europa

O nosso „plano Marshall para a Europa“ foi concebido com base no discernimento de que a evolução conjuntural, a curto prazo, e o potencial de crescimento, a longo prazo, estão interligados. O que está em causa é uma estratégia política que tenha em devida conta as duas vertentes. O plano Marshall para a Europa da *DGB* é concebido como programa de investimento e de desenvolvimento para todos os 27 países da UE, traçado a 10 anos (de 2013 a 2022).

Nas propostas apresentadas partimos das nossas experiências, sabendo da existência de diferentes condições de base e de partida nos países dos nossos parceiros europeus. Propomos um conjunto de medidas institucionais, investimentos públicos diretos, apoios ao investimento destinados às empresas e incentivos ao consumo, que possam estabilizar a conjuntura. As últimas medidas destinam-se a combater a crise, a curto prazo, estando a maior parte sujeita a prazos. Contudo, os investimentos públicos e os apoios ao investimento surtem efeito apenas de forma retardada, tendo, no entanto, como finalidade a garantia de perspectivas de crescimento e de emprego na Europa, a longo prazo, reforçando e promovendo a produção industrial e os serviços modernos. Adequam-se simultaneamente ao necessário acerto de agulhas a nível da política social, da educação e do clima e apoiam objetivos qualitativos de crescimento. Os efeitos de medidas desta natureza no que diz respeito ao crescimento e ao emprego possibilitam uma dinâmica de crescimento autónoma e mais intensa.

Ideias centrais das nossas propostas são a reorganização e a modernização das nossas economias nacionais europeias com vista a gerir com um mínimo de recursos energéticos e uma contenção na utilização de outros recursos, tornando-nos, a longo prazo, autónomos em relação a importações de combustíveis e reduzindo simultaneamente de forma maciça as emissões de CO<sub>2</sub> na Europa. Os Estados europeus já tomaram este compromisso. Assim, a UE pretende reduzir, até 2020, as emissões de CO<sub>2</sub> em 20% e aumentar em 20% a quota-parte das energias renováveis na produção de eletricidade. Está inclusive previsto reduzir, até 2050, as emissões de CO<sub>2</sub> numa percentagem que se situa entre 80% e 95%, em comparação com os níveis de 1990. A Comissão Europeia apresentou, para o efeito, um “Roteiro para a Energia até 2050”<sup>1</sup>. Com a nossa proposta pretendemos apoiar ativamente um roteiro desta natureza concebido para os próximos 10 anos sem sobrecarregar a economia e a sociedade e, em particular, os trabalhadores. Denominamos este ambicioso programa, por analogia com o roteiro alemão para o abandono da opção nuclear, “Mudança do Modelo Energético a Nível Europeu”, prevendo para este plano, por analogia com o “Roteiro para a Energia até 2050”, investimentos anuais da ordem dos 150 mil milhões de euros.

---

<sup>1</sup> Ver Roteiro para a Energia até 2050, COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, Bruxelas 12.12.2011.

Pretendemos preparar as nossas autarquias para o envelhecimento da sociedade, promover a educação e a formação profissional dos cidadãos, modernizar e desenvolver a infraestrutura pública e privada existente, bem como criar centros de produção industrial e de serviços. Concebemos o Estado social moderno como força produtiva e queremos reforçar as inovações, a investigação e o desenvolvimento como elementos impulsionadores criativos de uma nova forma gestão da atividade económica.

Para além disso, o nosso „plano Marshall para a Europa“ foca diferentes aspetos: reforça o valor acrescentado da produção industrial e dos serviços públicos, dá apoio para acelerar a modernização da infraestrutura dos transportes e para o alargamento da rede de banda larga, providencia no sentido de haver mais investimentos na educação e na formação profissional e uma gestão sustentável dos escassos recursos hídricos. Contudo, irá melhorar sobretudo a cooperação entre os países europeus que só conseguem superar, em comum, os enormes desafios impostos no que diz respeito à conceção do futuro e à gestão da crise.

Este projeto implica, em média, a nível de toda a Europa, investimentos maciços de 110 mil milhões de euros anuais, partindo do princípio de que uma ofensiva de modernização desta natureza venha a abranger toda a UE. Ao todo, o financiamento necessário ascende, em média, a 260 mil milhões de euros anuais, o que corresponde a pouco mais de 2% do PIB europeu.

Um programa de investimento ambicioso, concebido para vigorar durante um prazo tão longo, não poderá ser empreendido por um único país. Sobretudo países em crise com graves problemas financeiros atualmente não poderão pôr em prática, com os seus próprios meios, uma ofensiva de modernização desta índole. Por esta razão, necessitamos de envidar esforços comuns e de novas instituições europeias com fontes de financiamento estáveis e sólidas.

## Financiamento do plano Marshall

**Table 1: Custos médios, a longo prazo, e benefícios resultantes do plano Marshall para a UE-27, por ano**

<b>Custos do plano Marshall</b>		
Investimentos anuais médios na mudança no domínio da energia, na Europa	150	mil milhões de euros
Outros investimentos	110	mil milhões de euros
<b>Total dos investimentos anuais</b>	<b>260</b>	<b>mil milhões de Euros</b>
<b>Benefícios do plano Marshall (crescimento, postos de trabalho, receitas, poupanças, etc.)</b>		
Crescimento adicional do produto interno bruto	3	por cento
Impulso de crescimento adicional	400	mil milhões de euros
Postos de trabalho a tempo inteiro adicionais	9 to 11	milhões
Receitas fiscais adicionais para os Estados-membros da UE	104	mil milhões de euros
Receitas adicionais em contribuições para a segurança social	56	mil milhões de euros
Poupanças adicionais relativamente aos custos do desemprego	20	mil milhões de euros
Poupanças anuais médias em importações de combustíveis	300	mil milhões de euros
<b>Financiamento e amortização do plano Marshall</b>		
Emissão anual média de „obrigações New Deal “	180	mil milhões de euros
Receitas do imposto sobre transações financeiras	75 a 100	mil milhões de euros
Amortização dos créditos concedidos a investidores públicos e privados	100	mil milhões de euros



Face ao cenário da existência de uma necessidade urgente de modernizar a Europa, a *DGB* já apresentou em 2011 uma proposta constante de um “Programa de 4 pontos”, sugerindo a constituição de um “Fundo Europeu de Sustentabilidade” a dotar em termos financeiros de forma a permitir-lhe financiar, em cooperação com os Estados-membros, investimentos em toda a Europa. O nosso objetivo é conferir sustentabilidade a toda a Europa.

O “Fundo Europeu de Sustentabilidade” carece de um financiamento europeu a fim de poder promover os necessários investimentos. Na Europa Ocidental há 27.000 mil milhões de euros em ativos monetários que se contrapõem a um número cada vez mais reduzido de hipóteses de investimento: esta situação encerra uma grande oportunidade de redirecionar capital existente na Europa para investimentos que garantam o seu futuro. O “Fundo Europeu de Sustentabilidade” emite para o efeito obrigações que vencem juros, à semelhança de empresas ou Estados, que denominamos “obrigações New Deal”. Assim, os investidores dispõem finalmente de boas e seguras hipóteses de investimento e a UE garante o financiamento desta ofensiva de modernização.

Deste modo, o “Fundo Europeu de Sustentabilidade” poderá financiar, no montante exato, as necessidades anuais por meio de emissões de “obrigações New Deal”, a 10 anos, em relação às quais venceriam juros anuais. Os compromissos concernentes aos juros, que são da responsabilidade do próprio fundo, poderão ser financiadas por receitas provenientes de um imposto sobre as transações financeiras (Financial Transaction Tax, FTT). Temos plena consciência de que o FTT não será introduzido, de um momento para o outro, em todos os 27 Estados-membros. Atualmente existem perspectivas em apenas 12 Estados-membros da UE. Contudo, com o nosso plano Marshall demonstramos aos Governos ainda céticos de alguns países da UE que a introdução do FTT implica benefícios económicos e ecológicos, o que poderá incentivar a disponibilidade dos países para introduzir o FTT, aumentando assim as receitas. Caso alguns Estados-membros da UE não venham a introduzir o FTT, não obstante as suas vantagens, as receitas provenientes do FTT, mas também os investimentos sofrem uma redução proporcional à sua quota-parte.

Contudo, também um início baseado num FTT existente em apenas 12 Estados-membros poderá demonstrar que é possível financiar nestes países, a curto prazo, medidas estabilizadoras da situação conjuntural e uma modernização das suas economias, a longo prazo. Este exemplo poderia animar os outros países da UE a aderir ao programa de estabilização conjuntural, de investimento e de desenvolvimento. Por esta razão, orientamo-nos no nosso plano Marshall na perspectiva a longo prazo e concebemos um programa para toda a UE. Baseamo-nos para os nossos cálculos em receitas anuais da ordem dos 75 ou dos 100 mil milhões de euros, caso o FTT – conforme consta dos cálculos da Comissão Europeia – venha a ser introduzido em todos os Estados-membros da UE. Porém, alargamos os cálculos contando com as operações cambiais e

oneramos todas as transações – em oposição à proposta da Comissão Europeia – com uma taxa fiscal unitária de 0,1%. Com esta receita o “Fundo Europeu de Sustentabilidade” poderá financiar, por um lado, os seus compromissos relativamente aos juros a vencer e, por outro, as necessidades anuais no que respeita ao financiamento, reduzindo assim o volume das “obrigações New Deal” emitidas.

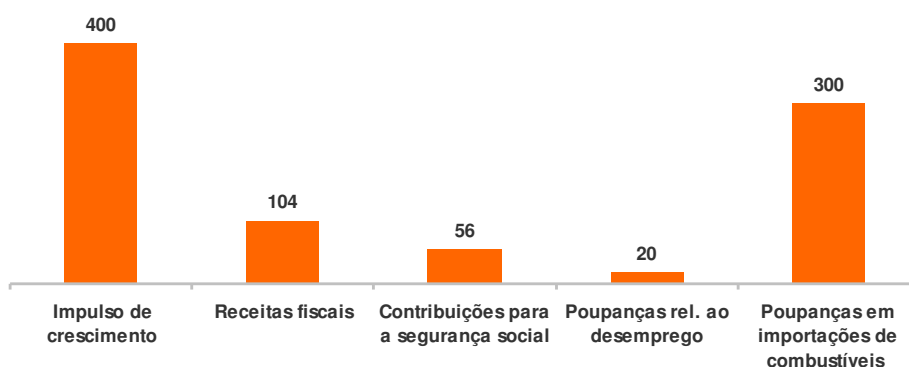
A fim de manter a taxa de juros das “obrigações New Deal” tão baixa quanto possível, o “Fundo Europeu de Sustentabilidade” terá de ter, nos mercados financeiros, credibilidade como devedor solvente com elevada bonidade. Por esta razão, o referido fundo deverá ser dotado com suficiente capital próprio, já na altura da sua constituição. Uma vez que, até à data, são exclusivamente os contribuintes, ou seja, os trabalhadores a suportar o peso principal do combate à crise chegou o momento em que o grupo dos abastados e ricos seja chamado a participar, uma única vez, no financiamento da dotação com capital do “Fundo Europeu de Sustentabilidade”. Para a Alemanha sugerimos uma taxa única de 3%, ainda por concretizar, sobre todos os bens particulares a partir de 500.000 de euros, no caso de sujeitos passivos solteiros, e de 1 milhão de euros, no caso de sujeitos passivos casados. Só na Alemanha este volume deverá perfazer uma verba única de 50 a 70 mil milhões de euros a cobrar a favor do “Fundo Europeu de Sustentabilidade”. Os outros Estados-membros da EU deveriam também chamar a sua população abastada e rica para medidas equiparáveis, podendo orientar-se nas normas já vigentes nos seus países para a tributação de bens, que até ultrapassam em larga escala a legislação alemã. Em toda a Europa poderia ser mobilizado um total de 200 a 250 mil milhões de euros. Assim, o “Fundo Europeu de Sustentabilidade” estaria dotado de verbas próprias suficientes para ser considerado nos mercados um devedor de primeira categoria, pagando juros baixos para as “obrigações New Deal”. Até que as verbas tenham sido cobradas junto dos abastados, o Mecanismo Europeu de Estabilidade ou os países da zona euro poderão disponibilizar garantias em forma de adiantamento.

Pretende-se que o Fundo Europeu de Sustentabilidade, como instituição europeia nova, esteja sujeito a um rigoroso controlo por parte do Parlamento Europeu. Partindo das propostas feitas por nove ministros dos Negócios Estrangeiros em relação ao futuro da Europa, o PE terá de dar o seu acordo a todas as saídas de verbas do referido fundo, sendo o pressuposto uma intensa inserção do PE em todos os processos de decisão. Se, por ventura, no início nem todos os Estados-membros participem no Fundo Europeu de Sustentabilidade, apenas os deputados dos Estados-membros participantes irão tomar parte nas decisões.

### Efeitos macroeconomicos do plano Marshall

O nosso plano Marshall mostra que a sustentabilidade, o crescimento, o emprego e o bem-estar não são incompatíveis. Além disso, são também financiáveis. Oneramos, sem dúvida, os abastados e os ricos com uma prestação única sobre os seus bens, conforme consta da nossa proposta para a Alemanha, no entanto, oferecemos, por outro lado, “obrigações New Deal” seguras, que vencem juros. Assim, os seus problemas de investimento são atenuados, sendo sobretudo os seguros, os fundos de pensões e os investidores públicos a lucrar. Por outro lado, oneramos com esta tributação de transações financeiras, que são sobretudo altamente especulativas, aqueles agentes dos mercados financeiros, que foram os principais causadores da maior crise económica e financeira desde os anos 80. Por este motivo, não são apenas o meio ambiente, os trabalhadores, os Estados e a economia real, mas também aqueles investidores que apostam em investimentos seguros e rendimentos modestos no que diz respeito aos juros que lucram com as receitas provenientes do imposto sobre as transações financeiras .

**Plano Marshall da DGB:  
Benefícios anuais a longo prazo**  
- para a EU-27 - em mil milhões de euros -



Fonte: cálculos próprios com base em dados disponibilizados pela Comissão Europeia: "DG Economic and Affairs: New and Update Budgetary Sensitivities for the EU Budgetary Surveillance, Brussels, 30 Sep. 2005", DGB Klartext 43/2012.

Confrontando os custos anuais médios deste ambicioso programa com as poupanças relativas às importações de combustíveis, não se constatam apenas vantagens resultantes da redução de emissões de CO<sub>2</sub>, mas verifica-se também a importante separação do abastecimento de energia da Europa das importações de combustíveis. Deste modo, a Europa dá um importante contributo para a redução dos impactos da crise climática, tornando-se um exemplo a seguir por outras regiões económicas do mundo.

Do plano Marshall da *DGB* constam impulsos decisivos para um crescimento qualitativo, bem como novos postos de trabalho com perspectivas para o futuro. Os investimentos propostos e os incentivos ao investimento no montante anual de 260 mil milhões de euros compreendem 160 mil milhões de euros de investimentos diretos e de apoios ao investimento e 100 mil milhões de euros de créditos em condições vantajosas, com um prazo de 10 anos, a conceder a investidores privados. Com esta combinatória de créditos vantajosos, a longo prazo, e apoios ao investimento pretende-se atrair investimentos privados adicionais, promovendo assim modernizações generalizadas, a nível particular. Estas, por sua vez, iriam ter como resultado mais investimentos privados, atingindo um impulso de crescimento adicional de um total de 400 mil milhões de euros, por ano, o que corresponderia, no ano de 2011, a um impulso de crescimento adicional superior a 3% do produto interno bruto da UE.

A elevada dinâmica de crescimento também está aliada a efeitos positivos para a situação do emprego. A substituição das importações de petróleo e de gás, que implicam um número reduzido de postos de trabalho internos, por um abastecimento de energia com muito menos emissões de CO<sub>2</sub>, que origina uma taxa de emprego acentuadamente mais elevada, aumentará, a longo prazo, o emprego, desonerando assim os orçamentos dos Estados-membros da UE.

A nossa ofensiva de investimento num saneamento energético de base das economias nacionais da Europa poderá criar, a longo prazo, 9 a 11 milhões de novos postos de trabalho com perspectivas para o futuro e a tempo inteiro. Postos de trabalho com perspectivas para o futuro são o melhor meio para o combate ao desemprego, em especial, ao desemprego jovem.

Crescimento quantitativo e uma elevada taxa de emprego são também a melhor base para a redução da dívida e uma gestão orçamental sustentável. Os Estados-membros da UE lucram duplamente com o nosso programa: os investimentos não oneram os orçamentos. Pelo contrário, recebem impulsos adicionais de crescimento e de emprego, podendo gerar receitas fiscais diretas e indiretas provenientes do IRS, do IVA e do IRC, bem como de contribuições para a segurança social consideravelmente mais elevadas e, ainda, poupar os custos do desemprego.

Isto significaria que com os 400 mil milhões de euros adicionais referentes ao PIB, se cobriam 104 mil milhões de euros em impostos adicionais. O crescimento gera contribuições adicionais para a segurança social no valor de 56 mil milhões de euros. Além disso, haveria poupanças de 20 mil milhões de euros devido a menores custos no que concerne ao desemprego. No total, os

180 mil milhões de euros em receitas adicionais e poupanças reverteriam unicamente a favor dos Estados-membros da UE.<sup>2</sup>

Entendemos este programa como o melhor impulso, não apenas para uma gestão de uma atividade económica que utiliza criteriosamente os recursos existentes e promove simultaneamente o bem-estar, mas também por possibilitar a redução do endividamento público e privado na Europa. A tabela inclusa exemplifica mais detalhadamente os dados apresentados.

---

<sup>2</sup> Os efeitos multiplicadores foram calculados com base em dados disponibilizados pela Comissão Europeia. [Ver: EUROPEAN COMMISSION DIRECTORATE GENERAL ECONOMIC AND FINANCIAL AFFAIRS: NEW AND UPDATED BUDGETARY SENSITIVITIES FOR THE EU BUDGETARY SURVEILLANC](#) (Information note for the Economic and Policy Committee, Brussels, 30 September 2005).



Order at the DGB online order service:

<https://www.dgb-bestellservice.de>

Order by mail for users without access to internet:

PrintNetwork pn GmbH

Stralauer Platz 33 – 34

10243 Berlin





Apply for our regularly published newsletters „klartext“ and „standpunkt“ (German language) at: <http://www.dgb.de/service/newsletter>



